

Edmond Preteceille**
Lícia Valladares***

1 - Introdução

A desigualdade social costuma ser analisada em termos das diferenças entre ricos e pobres e pensada sobretudo enquanto desigualdade de renda e de educação.¹ Vale, no entanto, lembrar que nem todos os pobres são iguais e que é importante reconhecer a existência de desigualdades dentro da pobreza, sobretudo quando se pensa na desigualdade entre os diferentes espaços sociais e territórios de uma cidade. Em outras palavras, muito embora renda e educação sejam dimensões centrais na diferenciação social, não se deve negligenciar a dimensão espacial da desigualdade que se manifesta pelas diferentes modalidades de segregação socioespacial.

A favela nos parece um bom território (ou caso) para estudar tais desigualdades. Descrita e analisada, desde há muito, como o espaço típico de concentração da pobreza urbana, passou a constituir um “tipo ideal”, sobretudo no caso

* Este texto foi desenvolvido no âmbito do Projeto CNRS/CNPq “Reestruturação Econômica e Social das Grandes Metrópoles e Formação de Políticas Urbanas Modernas” e do Projeto Pronex Metrópoles “Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana”, Ippur/UFRJ, Iuperj/Ucam, CSU/CNRS. A perspectiva teórico-metodológica adotada em ambos os projetos consiste em analisar a estrutura socioespacial em seu conjunto. Os primeiros resultados do estudo comparativo encontram-se em Preteceille e Ribeiro (1999), que analisam o conjunto das transformações na estrutura social no Rio de Janeiro e em Paris. Uma primeira versão do presente estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro foi apresentada durante o Seminário “Impactos Metropolitanos da Reestruturação: Desigualdades Sociais e Governança Urbana”, Ippur/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal e Fase, Teresópolis, maio de 1999.

** Da CSU-CNRS.

*** Do Iuperj-Urbandata-Ucam.

1 No Brasil, há também estudos sobre a desigualdade de gênero, de cor ou a desigualdade ante o mercado de trabalho. No entanto, predominam os estudos que se concentram nas dimensões da renda e da educação.

do Rio de Janeiro [Valladares (1991a)]. Alguns consensos básicos foram se construindo ao longo do tempo: *a*) a favela seria o *locus* “número um” onde reside a população carente da “cidade maravilhosa”; *b*) tratar-se-ia de um espaço específico não apenas geográfico como também social, que vem engrossando a “cidade ilegal”; e *c*) tal espaço corresponderia a um universo homogêneo, marcado pela irregularidade na ocupação do solo e precariedade em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos.

A questão aqui colocada é saber qual seria, ainda hoje, a qualidade heurística deste “tipo ideal”, a favela. Será que considerar o universo das favelas como uma unidade (*a favela*) teria mais utilidade sociológica do que chamar a atenção para as diferenças internas desse universo, cujo peso, então, se tornaria secundário e poderia ser negligenciado? Será que as diferenças entre as favelas e o restante da cidade, os demais bairros pobres, são suficientemente marcantes para que elas continuem a ser tratadas como conjuntos distintos? Será que o grau de concentração da pobreza nas favelas justificaria a assimilação do grupo social ao tipo de espaço?²

Quando buscamos estudar as favelas empiricamente, elementos indicativos da sua diversidade logo aparecem: localização dentro da cidade, relevo do terreno, antiguidade, grau de consolidação das construções, verticalização, nível dos equipamentos e serviços, condição jurídica de ocupação etc. De igual modo, quando se trata de estudar os pobres, verificamos que eles são muito numerosos fora das favelas, muito embora se insista na favela como o *locus* da pobreza.³ Pesquisas e trabalho de campo ao longo de muitos anos em uma mesma favela [Medina e Valladares (1968) e Valladares (1968, 1977, 1978 e 1991b)] sugerem, ainda, que nas grandes favelas as diferenças internas são muito importantes (haveria quase que bairros e favelas dentro de uma mesma favela). Vem se verificando nesses espaços cariocas uma enorme evolução no ambiente construído (que mal ou bem vem sendo equipado), na qualidade das construções e das habitações, no desenvolvimento da atividade comercial e dos serviços especializados, no mercado imobiliário (tanto de venda como de aluguel). Tudo faz crer, assim, que a representação tradicional e a imagem consagrada da favela devam ser revistas e atualizadas.

2 Lembremos que no caso francês facilmente se associa o espaço dos pobres aos assim chamados *quartiers en difficulté*, ou seja, aos bairros designados como problemáticos pela política urbana. Estudos recentes, no entanto, têm mostrado a grande diversidade de situações sociais nesses mesmos bairros [Tabard (1993) e Champion e Marpsat (1996)].

3 O Sistema de Assentamentos de Baixa Renda mantido pelo Iplan-Rio (atual Instituto Pereira Passos) nos forneceu, em abril de 1999, os seguintes números para o município do Rio de Janeiro: 604 favelas, 783 loteamentos irregulares e clandestinos, 508 conjuntos habitacionais populares. Observe-se que esses números correspondem a unidades cadastradas pelo Iplan-Rio, sendo cada um desses universos certamente maior ainda. A população correspondente a cada um não é conhecida, pois os recenseamentos apenas distinguem, no conjunto da população do município, a população das favelas, que hoje estaria por volta de 1 milhão de habitantes, segundo a mesma fonte.

Este texto pretende responder algumas das questões colocadas. O método utilizado decorre de nossas próprias indagações: analisar o conjunto do tecido urbano da metrópole carioca no nível geográfico o mais detalhadamente possível, para que as eventuais diferenças socioespaciais, inclusive aquelas internas às favelas, possam ser percebidas. Faremos basicamente uso de dados provenientes do Questionário 1 do Censo de 1991, agregados por setor censitário.

As variáveis utilizadas neste artigo são as mesmas da grande maioria dos trabalhos de natureza estatística já realizados sobre as favelas cariocas. No entanto, a originalidade advém do fato de nele serem consideradas todas as modalidades apresentadas por variável — por exemplo, analisamos todas as faixas de renda, e não só as mais baixas. Lembramos que quase todos os autores consideram apenas a parte inferior das distribuições. Tal opção metodológica seria consequência de uma assimilação exclusiva da favela ao espaço da pobreza. Neste trabalho, queremos precisamente verificar se essa assimilação é ou não justificada pelos dados, o que supõe examinar a presença ou ausência das partes médias e altas das distribuições. Para afirmar que na favela só existem pobres, é necessário verificar nela a ausência das classes médias.

2 - As favelas como tipo de tecido urbano

Já há um século as favelas vêm se espalhando pelo tecido da metrópole carioca. Embora todos concordem que a denominação venha de uma planta leguminosa e do Morro da Favella — nome que passou a ter o já existente Morro da Providência, ao abrigar soldados recém-chegados da campanha de Canudos em 1897 —, os estudiosos se dividem quanto ao momento em que o processo de favelização teria começado a marcar a paisagem da antiga capital federal. A grande maioria defende a hipótese de que somente a partir dos anos 30 é que a presença da favela teria se tornado marcante.⁴ Outros, em bem menor número,⁵ dizem que foi nos anos 20 que do nome próprio “Morro da Favella” passou-se ao substantivo “favela”, o qual serviria desde então para denominar os casos cada vez mais frequentes de terra invadida e/ou ocupada ilegalmente por moradias precárias e população pobre.

O “tipo ideal” se construiu a partir do Morro da Providência, mas também do Morro de Santo Antônio, bem menos conhecido, hoje desaparecido [Valladares (1998)]. A esses espaços se associaram representações que serviriam para identificar a favela: ocupação ilegal, situada nas encostas de um morro ou localizada em bairro relativamente central, com moradias precárias, sem infra-estrutura e serviços urbanos. O favelado, morador da favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi-analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e

4 A discussão entre os vários autores é apresentada em detalhe em Valladares (1998).

5 O principal defensor da tese de que o processo de favelização teria se iniciado já nos anos 20 é Abreu (1994).

se adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial. A fórmula “favela é igual a pobreza” logo se tornou consensual, sendo compartilhada pelo meio acadêmico e político e sendo difundida pela mídia.

O IBGE não fugiu à regra quando, em 1950, decidiu pela primeira vez incluir a favela na contagem da população. Segundo Guimarães (1953), a conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados humanos que possuem, total ou parcialmente, as seguintes características: *a*) proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50; *b*) tipo de habitação: predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas-de-flandres, chapas zincadas ou materiais semelhantes; *c*) condição jurídica da ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida; *d*) melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e *e*) urbanização: área não-urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. Dos cinco critérios adotados, quatro estão referidos aos aspectos físicos da favela: tamanho, tipo de habitação, disponibilidade de serviços coletivos, urbanização. Oliveira *et alii* (1983), discutindo a definição primeira do IBGE, lembram que subjacente à mesma encontrava-se também a visão da favela como um espaço homogêneo.

Os censos do IBGE, desde então, basicamente se pautam pela mesma definição, usando nacionalmente a denominação de “aglomerado subnormal” para designar aquilo que no Rio de Janeiro conhecemos por favela.

Para realizar este trabalho partimos de análises estatísticas cujos resultados são apresentados nas tabelas que se seguem, elaboradas a partir da base de dados constituída pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do Ippur no âmbito do projeto Pronex. A unidade básica com a qual trabalhamos é o setor censitário.

Localização

Os dados do Censo de 1991 comportam uma variável de identificação dos setores censitários em favela e uma outra variável que permite identificar, em cada setor, aqueles domicílios que integram um aglomerado subnormal.

A Tabela 1, cobrindo todos os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é esclarecedora. Considerando a primeira variável, constatamos que a grande maioria dos domicílios localizados em favelas se encontra em território do município do Rio: 87%. Apenas quatro outros municípios têm um número significativo de domicílios em favelas: Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

Considerando a segunda variável, ou seja, os domicílios localizados em aglomerados subnormais, verificamos que o Rio continua na liderança, concentrando 83% dos domicílios localizados em setores assim classificados. Os quatro municípios citados têm mais uma vez forte presença. Os municípios de Itaguaí

Tabela 1

Domicílios em favelas e aglomerado subnormal por município da região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991

MUNICÍPIO		NÃO-FAVELA	FAVELA	TOTAL
Duque de Caxias	Domicílios em aglomerado subnormal	3.910	12.791	16.701
	Total de domicílios	160.717	12.848	173.565
Itaboraí	Domicílios em aglomerado subnormal	48		48
	Total de domicílios	41.147		41.147
Itaguaí	Domicílios em aglomerado subnormal	331	827	1.158
	Total de domicílios	28.067	835	28.902
Magé	Domicílios em aglomerado subnormal	323		323
	Total de domicílios	48.685		48.685
Mangaratiba	Domicílios em aglomerado subnormal	62	232	294
	Total de domicílios	4.654	263	4.917
Maricá	Domicílios em aglomerado subnormal	36		36
	Total de domicílios	12.632		12.632
Nilópolis	Domicílios em aglomerado subnormal	75	528	603
	Total de domicílios	41.582	530	42.112

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO		NÃO-FAVELA	FAVELA	TOTAL
Niterói	Domicílios em aglomerado subnormal	1.480	6.120	7.600
	Total de domicílios	121.748	6.338	128.086
Nova Iguaçu	Domicílios em aglomerado subnormal	3.519	9.731	13.250
	Total de domicílios	320.478	9.874	330.352
Paracambi	Domicílios em aglomerado subnormal	0	102	102
	Total de domicílios	11.182	102	11.284
Rio de Janeiro	Domicílios em aglomerado subnormal	16.147	220.207	236.354
	Total de domicílios	1.375.141	226.141	1.601.282
São Gonçalo	Domicílios em aglomerado subnormal	1.334		1.334
	Total de domicílios	208.916		208.916
São João de Meriti	Domicílios em aglomerado subnormal	2.393	3.279	5.672
	Total de domicílios	108.005	3.293	111.298
Total região metropolitana	Domicílios em aglomerado subnormal	29.658	253.817	283.475
	Total de domicílios	2.482.954	260.224	2.743.178

e de São Gonçalo se destacam por apresentar mais de mil domicílios em aglomerados subnormais, mas vale notar que São Gonçalo não tem nenhum setor censitário classificado como sendo de favela.

Em resumo, os dados mostram que em 1991 as favelas são ainda um fenômeno concentrado no município do Rio de Janeiro, sendo necessário ter cautela ao falar de “periferização das favelas” em relação à metrópole.⁶

Considerando as duas variáveis constatamos que ambas apresentam uma boa correspondência, pois 98% dos domicílios com localização em favela são também contabilizados como em aglomerado subnormal, e que reciprocamente 90% do total desses domicílios são contabilizados em favela. Lembremos, no entanto, que, se a quase totalidade dos domicílios em favela foi classificada como localizada em aglomerados subnormais, 10% dos domicílios nesses aglomerados *não* se localizam nas favelas recenseadas.

Ao se considerar exclusivamente os municípios com pelo menos mil domicílios classificados em aglomerado subnormal, é fora do Rio que a divergência se faz notar mais fortemente: não foram classificados em favela 100% dos domicílios em aglomerados subnormais em São Gonçalo; 42% em São João de Meriti; 36% em Nova Iguaçu; 29% em Itaguaí; 23% em Duque de Caxias; 19% em Niterói; e somente 7% no município do Rio de Janeiro (muito embora em números absolutos o Rio tenha mais domicílios em aglomerados subnormais fora das favelas que os demais municípios).

A título de conclusão, a coerência entre as duas variáveis é boa no seu conjunto. Podemos supor que fora do município do Rio de Janeiro o peso das favelas esteja subestimado pelos próprios dados do IBGE. No entanto, a grande maioria dos domicílios em favela está concentrada no Rio, 83% ou 87%, segundo uma ou outra das duas variáveis consideradas. Vale a pena ressaltar que o município do Rio de Janeiro só detém 58% do total de domicílios da região metropolitana quando considerada em seu conjunto.

Nível das infra-estruturas urbanas

Vimos que as favelas aparecem como a forma predominante dos aglomerados subnormais do IBGE. Seriam elas então o espaço predominante da moradia precária ou sem infra-estrutura a ponto de serem qualificadas de aglomerado subnormal? Seriam elas homogêneas quanto à baixa qualidade de sua urbanização e à disponibilidade de serviços coletivos?

Para responder a tais questões utilizaremos as variáveis do censo que descrevem aquilo que chamamos aqui de *nível do equipamento urbano*: nível do acesso

6 Em trabalho anterior, baseado em dados do Cadastro de Favelas do Iplan-Rio (à época, com 545 favelas registradas) [Valladares e Ribeiro (1994)], foi constatada a marcha da favela em direção à periferia porém *no interior do município do Rio*: as novas favelas, reconhecidas pelo poder público, surgiam nas regiões de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Anchieta, Pavuna e Guaratiba. Nos demais municípios da região metropolitana pode-se identificar apenas 13 favelas.

das moradias a água, a esgoto, a coleta de lixo, além do número de cômodos e de banheiros por domicílio. Essas variáveis, retiradas do Questionário 1, foram consideradas sobre o conjunto de domicílios e, por não apresentarem o problema de representatividade estatística da amostra, podem ser analisadas no nível dos setores censitários. Construímos assim, fazendo uso de uma análise de componentes principais seguida de uma classificação ascendente hierárquica,⁷ uma tipologia de setores censitários em função do nível do equipamento urbano dos domicílios.

Os setores censitários foram agrupados em seis classes. A Tabela 2 apresenta os valores médios das variáveis para cada um dos tipos.⁸

O primeiro tipo, URB1, corresponde àquele com o melhor nível de equipamento, em todos os aspectos: a quase totalidade dos domicílios conectada com a rede geral de água, via canalização interna, com a rede de esgoto e beneficiada pela coleta de lixo. No tipo URB1, o número médio de cômodos e de banheiros é o mais elevado, assim como o número de cômodos não correspondentes a dormitórios. O número médio de pessoas por domicílio é, por outro lado, o mais baixo.

O segundo tipo, URB2, é bastante parecido com o primeiro, apresentando um pouco menos de domicílios conectados à rede de esgoto, menor número de cômodos e um só banheiro por domicílio.

O terceiro tipo, URB3, é próximo dos dois primeiros no que tange à água — mais de 90% dos domicílios têm acesso à rede geral; e no que se refere à coleta de lixo — mais de 80%. Esse tipo, entretanto, se distancia dos precedentes quanto ao saneamento, pois as ligações diretas do domicílio à rede geral são em baixíssima proporção — apenas 3%. A marca distintiva do tipo URB3 é dada pelos 85% dos domicílios que têm fossa séptica ligada à rede fluvial (dos quais 77% equipados individualmente e 8% com fossa séptica comum a mais de um domicílio). Ainda assim, trata-se de um bom nível de equipamento, certamente característico das zonas periféricas menos densas, onde se multiplicam as residências individuais.

O quarto tipo, URB4, é muito diferente dos precedentes e a partir do mesmo começam os tipos que poderíamos considerar mal-equipados. Apenas 2/3 dos domicílios têm água corrente direta, sendo 12% com acesso a água sem canalização interna. Menos de 50% têm sua instalação sanitária conectada à rede

7 Esse tipo de análise estatística vem sendo usado na França por Nicole Tabard e Edmond Preteceille, entre outros, em estudos sobre a divisão social do espaço nas metrópoles francesas realizados a partir de dados censitários produzidos pelo Insee. No Brasil, o mesmo tipo de análise estatística vem sendo desenvolvido no âmbito do programa de cooperação CNRS-CNPq já mencionado [ver nota 1 e Preteceille e Ribeiro (1999)].

8 Vale lembrar que os estudos que se propõem a medir o índice ambiental das favelas como o recente documento do Iplan-Rio (1997) juntam os serviços urbanos em duas grandes categorias: “adequado” e “inadequado”. Para dar um exemplo: os domicílios com serviço de abastecimento de água inadequada cobrem aqueles com canalização interna (poço ou nascente e outra forma), e sem canalização interna (rede geral, poço ou nascente e outra forma). O procedimento adotado neste trabalho permite uma visão bem mais detalhada dos serviços urbanos como se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

Tipologia dos setores censitários segundo o equipamento urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991

VARIÁVEIS		TIPOS	URB1	URB2	URB3	URB4	URB5	URB6	TOTAL
Água	Com canalização interna	Rede geral	97,0	96,3	94,3	66,7	81,4	25,6	82,4
		Poço/nascente	0,1	0,2	2,0	1,1	5,0	42,5	6,6
		Outra forma	0,0	0,2	0,5	3,3	1,7	3,2	1,1
	Sem canalização interna	Rede geral	0,5	1,1	1,6	11,8	5,7	2,0	2,8
		Poço/nascente	0,0	0,1	0,7	1,3	2,8	22,1	3,4
		Outra forma	0,1	0,3	0,5	7,0	2,2	3,3	1,6
Instalação sanitária	Só domicílio	Rede geral	96,1	91,3	3,0	38,3	14,4	3,5	48,3
		Fossa séptica — rede pluvial	0,2	1,3	7,2	4,2	21,2	15,6	21,5
		Fossa séptica — sem escoamento	0,1	0,2	1,1	1,1	3,2	21,1	3,5
		Fossa rudimentar	0,1	0,4	1,3	2,9	7,2	19,7	4,0
		Vala	0,1	0,7	4,9	17,1	33,6	24,9	9,9
		Outro	0,3	0,3	1,8	7,9	8,2	2,9	2,6
		Não sabe	0,0	0,1	0,2	0,1	0,4	0,3	0,1
	Comum a mais de um	Rede geral	0,8	3,1	0,2	10,5	1,4	0,2	2,3

(continua)

(continuação)

VARIÁVEIS		TIPOS	URB1	URB2	URB3	URB4	URB5	URB6	TOTAL
		Fossa séptica — rede pluvial	0,0	0,1	8,0	0,5	2,0	1,3	2,2
		Fossa séptica — sem escoamento	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	1,0	0,2
		Fossa rudimentar	0,0	0,1	0,3	0,3	0,9	1,1	0,3
		Vala	0,0	0,1	0,6	1,7	3,5	2,3	1,0
		Outro	0,0	0,0	0,0	0,7	0,4	0,1	0,1
		Não sabe	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
		Não tem	0,1	0,5	0,9	5,8	2,4	4,6	1,8
Lixo	Coletado	Diretamente	97,0	95,4	83,9	30,1	38,2	23,9	71,1
		Indiretamente	0,6	1,7	1,9	35,7	8,4	3,3	6,0
	Não-coletado	Queimado	0,1	0,5	6,7	7,7	22,7	49,4	11,2
		Enterrado	0,0	0,0	0,2	0,2	0,5	2,4	0,4
		Jogado em terreno baldio	0,0	0,4	5,9	10,9	25,0	16,8	7,4
		Jogado em rio, lago ou mar	0,0	0,2	0,8	6,2	3,5	1,3	1,4
		Outro destino	0,0	0,0	0,1	0,5	0,5	1,6	0,3
Domicílio	Número médio de cômodos		7,4	5,0	5,0	3,7	4,5	5,1	5,2
	Número médio de dormitórios		2,4	2,4	5,5	2,3	6,0	6,7	4,0
	Número médio de banheiros		2,1	1,1	1,1	0,8	1,0	1,2	1,3
	Número médio de pessoas		3,0	3,5	3,8	3,5	3,9	4,0	3,6

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do Ippur.

geral e somente 4% dispõem de fossa séptica ligada à rede pluvial. Em outras palavras, apenas metade dos domicílios possui condições sanitárias razoáveis. A outra metade se distribui entre formas muito precárias, sendo a vala a mais freqüente. O URB4 é também o primeiro tipo em que a coleta de lixo direta atinge menos da metade dos domicílios (30%), 35% só se beneficiando indiretamente dela e o último terço sem acesso a qualquer coleta de lixo (17% simplesmente jogam o lixo em terreno baldio, em rio ou no mar). Trata-se, ainda, do tipo em que o número de cômodos por domicílio é o menor de todos (3,7) e os banheiros são menos presentes (somente 0,8, ou seja, aproximadamente 20% dos domicílios não têm banheiro).

O quinto tipo, URB5, apresenta uma situação melhor quanto ao acesso a água (82% dos domicílios têm água corrente), mas as condições de saneamento são precaríssimas: somente 1/3 dos domicílios tem uma situação sanitária adequada, 10% dispõem de uma fossa sem escoamento ou fossa rudimentar e mais de 1/3 só dispõe da vala para o escoamento sanitário. Quanto à coleta de lixo, 38% dos domicílios se beneficiam de sistemas de coleta direta e 8% de coleta indireta; 23% queimam o lixo e 29% simplesmente o deixam ao léu.

O sexto e último tipo, URB6, tem um perfil muito diferente de todos os tipos precedentes. Somente 1/4 dos domicílios tem acesso a rede geral de água, 2/3 têm acesso a um poço ou a uma nascente. Raríssimos domicílios dispõem de saneamento básico, apenas 15% têm uma fossa séptica ligada à rede, 41% dispõem de fossa rudimentar, 24% apenas têm coleta de lixo direta, 49% queimam seu lixo. Pelas características apresentadas, esse tipo parece corresponder aos setores semi-rurais da metrópole.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos setores censitários, por tipos, nos vários municípios da região metropolitana, segundo os espaços identificados pelo IBGE como de favela e não-favela.

Observemos que as hipóteses sobre o caráter periférico e semi-rural dos tipos URB3 e URB6 têm fundamento, pois a grande maioria dos setores censitários dos municípios, como Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Paracambi, recai justamente sobre os tipos URB3 e URB6.

No que diz respeito especificamente à favela, a tabela apresenta resultados que merecem ser ressaltados. Verificamos que, no conjunto, as favelas se situam sobretudo no tipo URB4: dentre os 1.075 setores desse tipo, 699 correspondem aos de favela (65%); e, sobre os 1.291 setores censitários da região metropolitana que correspondem aos de favela, 699 (54%) são do mesmo tipo URB4.

No caso do município do Rio de Janeiro que, como vimos, é aquele em que as favelas se fazem mais presentes, o tipo URB4 aparece como mais específico ainda da favela: 621 dos 852 setores desse tipo no Rio são de favela, ou seja, 73%. Por outro lado, observamos que todas as favelas não estão concentradas nesse tipo, somente 621 setores sobre 1.117, ou seja, 56%. Muito embora só encontre-

Tabela 3

Tipologia dos setores censitários segundo o equipamento urbano e por municípios e favela na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991

MUNICÍPIO	NÃO-FAVELA/FAVELA	URB1	URB2	URB3	URB4	URB5	URB6	TOTAL
Duque de Caxias	Não-favela	1	130	115	20	145	141	552
	Favela		9	4	19	15	1	48
	Total	1	139	119	39	160	142	600
Itaboraí	Não-favela			23	1	11	155	190
	Total			23	1	11	155	190
Itaguaí	Não-favela		2	35		17	85	139
	Favela				1	4		5
	Total		2	35	1	21	85	144
Magé	Não-favela			56	12	38	165	271
	Total			56	12	38	165	271
Mangaratiba	Não-favela			9	1	6	34	50
	Favela						2	2
	Total			9	1	6	36	52
Maricá	Não-favela	1					66	67
	Total	1					66	67
Nilópolis	Não-favela			83	4	57		144
	Favela				3	1		4
	Total			83	7	58		148
Niterói	Não-favela	189	95	18	19	42	92	455
	Favela		2		22	3	8	35
	Total	189	97	18	41	45	100	490
Nova Iguaçu	Não-favela	3	8	515	15	307	254	1.102
	Favela			3	19	25	14	61
	Total	3	8	518	34	332	268	1.163

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO	NÃO-FAVELA/FAVELA	URB1	URB2	URB3	URB4	URB5	URB6	TOTAL
Paracambi	Não-favela			22	2		14	38
	Favela			1				1
	Total			23	2		14	39
Rio de Janeiro	Não-favela	1.567	2.355	782	231	141	153	5.229
	Favela	1	252	81	621	127	35	1.117
	Total	1.568	2.607	863	852	268	188	6.346
São Gonçalo	Não-favela			442	6	119	112	679
	Total			442	6	119	112	679
São João de Meriti	Não-favela		102	28	65	137	3	335
	Favela		1		14	3		18
	Total		103	28	79	140	3	353
Total região metropolitana	Não-favela	1.761	2.692	2.128	376	1.020	1.274	9.251
	Favela	1	264	89	699	178	60	1.291
	Total	1.762	2.956	2.217	1.075	1.198	1.334	10.542

mos um caso de setor censitário em favela do tipo URB1, existem nada menos de 252 setores que em termos de equipamento urbano pertencem ao tipo URB2, e ainda 81 setores no grupo URB3.

Em síntese, muito embora o tipo URB4 seja específico das favelas, estas se apresentam bastante diversificadas, uma vez que no Rio de Janeiro não menos do que 30% dos setores em favela pertencem aos três melhores tipos em termos de acesso a água, saneamento, coleta de lixo e características do domicílio.

Essa diversidade apresentada pelas favelas é característica do município do Rio de Janeiro, pois nos demais, com exceção de Duque de Caxias, as favelas não aparecem em proporção semelhante nos primeiros três tipos. Nem em Niterói, Nova Iguaçu ou São João de Meriti encontramos essa proporção de setores com um nível adequado. Em Nova Iguaçu e Niterói, a diversificação se dá pelos níveis mais baixos, com uma proporção nada desprezível de setores nos tipos URB5 e URB6.

A hipótese de que as favelas do Rio de Janeiro se encontram em uma proporção nada desprezível nos setores bem equipados poderia ser explicada pelos investimentos que há décadas vêm sendo realizados pelo poder público, por setores não-governamentais e pela população local em prol da chamada “urbanização de

favelas”, lembrando que desde os anos 50 muitas delas vêm recebendo — embora sem continuidade e sem qualidade — investimentos públicos e privados, inicialmente pela política clientelista da “bica d’água” e em seguida por ações pontuais da Fundação Leão XIII e das associações de moradores [Sagmacs (1960), Parisse (1969), Leeds e Leeds (1978)]. No final dos anos 70, a Light também inaugurou o seu programa de favelas, em princípio extensivo a todas elas [Bronstein (1982)]. Seguiu-se o Programa de Favelas da Cedae (Proface) que, entre 1983 e 1985, levaria sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas, incorporando-as à rede dos seus bairros [Cavallieri (1986) e Britto (1995)]. Nos anos 80, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e o Unicef fariam igualmente operações em parceria em algumas áreas faveladas, visando à implantação de saneamento básico via Projeto Mutirão [Brasileiro *et alii* (1982)]. Passando ainda por iniciativas da Feema [Feema-Finep (1980)], Comlurb (1980) e Souza (1983), temos hoje o Favela-Bairro,⁹ iniciado na segunda metade da década de 90, última versão da chamada política de urbanização de favelas cujos efeitos ainda não se fizeram sentir nos dados do Censo de 1991 aqui analisados.¹⁰

Nos outros municípios tudo indica que esse tipo de ação, se já iniciado, não se refletiu de forma significativa nos dados do Censo de 1991.

Condição da ocupação, propriedade do solo

Uma das principais dimensões que caracteriza, *a priori*, uma área enquanto favela é a idéia da sua precariedade jurídica. Parece consensual que a favela resultaria de um processo de invasão de terreno, na maioria das vezes desocupado, de propriedade pública ou privada: seus moradores, na origem, teriam um *status* jurídico ilegal, variando, segundo cada caso, o grau de segurança quanto às possibilidades de permanência na área e seriam proprietários das construções em favela, não dos terrenos onde as mesmas estivessem situadas.

Sabemos hoje que as situações são as mais variadas e que muitas favelas cariocas não podem mais ser consideradas como áreas de ocupação ilegal. A política de remoção que perdurou até os anos 80 foi substituída pela política da regularização e da urbanização — hoje em vigor por intermédio do programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Favela-Bairro. Estudos pioneiros feitos nos anos 60 e 70 por advogados [Conn (1968) e Santos (1977)] já mostravam diferenças substanciais entre os direitos dos posseiros e os dos favelados, assim como as diferentes formas que a lei podia tomar nas favelas.

9 Inúmeras são as avaliações que o Programa Favela-Bairro vem suscitando. Com financiamento da Finep várias instituições de ensino e pesquisa do Rio de Janeiro realizaram em 1996 e 1997 estudos de avaliação. Uma boa síntese das políticas públicas nas favelas cariocas, no período que cobre da experiência dos parques proletários (anos 40) até os dias atuais do Favela-Bairro, encontra-se em Burgos (1998).

10 Vale lembrar que estamos nos referindo a uma época em que os serviços públicos ainda não haviam sido privatizados no Rio de Janeiro e que predominava uma tendência de estendê-los às áreas pobres da cidade.

Como o Questionário 1 do Censo de 1991 comporta uma pergunta sobre a condição da ocupação do domicílio, com oito modalidades de resposta possíveis, pudemos construir, usando o mesmo método da Tabela 3, uma tipologia dos setores censitários da região metropolitana do Rio de Janeiro segundo o perfil de distribuição dos domicílios entre as diferentes condições da ocupação. A Tabela 4 apresenta os perfis médios dos vários tipos.

Os quatro primeiros tipos (COC1, COC2, COC3, COC4) podem ser considerados, numa primeira leitura, como ordenados segundo um *continuum* de percentagens decrescentes a partir de proprietários da construção e do terreno (71,9%, 56,8%, 50,5%, 48,5%), um percentual fraco mas crescente de proprietários unicamente da construção (0,7%, 4,5%, 4,1%, 15,2%) e um percentual estável nos três primeiros e crescente no quarto, no que se refere a locatários (18,6%, 18,8%, 17,5%, 21,7%). Os dois primeiros tipos e o quarto contam com um número importante de setores (3.531, 1.278 e 2.280, respectivamente), o terceiro muito poucos (66 setores), conforme a Tabela 5.

No quinto tipo, COC5, o percentual de proprietários da construção e do terreno é menor do que nos tipos anteriores, mas o percentual de domicílios alugados (locatários) é muito superior (uma taxa recorde, acima da média). O percentual de proprietários só da construção é irrisório. Esse tipo abrange um total de 1.942 setores.

O sexto tipo, COC6, tem como característica principal o percentual elevado de domicílios cedidos pelo empregador (nos demais tipos esse percentual é baixo). O COC6 compreende um total de 475 setores.

O sétimo tipo, COC7, é maciçamente constituído por setores em que a propriedade só diz respeito à construção, não ao terreno (83%, enquanto a média não passa de 15% nos demais). Esse tipo corresponde a 853 setores.

Tabela 4

Tipologia dos setores censitários segundo a condição da ocupação na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991

(MÉDIA DA DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR MODALIDADE EM CADA TIPO, EM %)

CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO/TIPOS	COC1	COC2	COC3	COC4	COC5	COC6	COC7	COC8	TOTAL
Próprio - construção e terreno	71,9	56,8	50,5	48,5	46,4	29,6	5,5	10,0	52,5
Próprio - só construção	0,7	4,5	4,1	15,2	0,8	5,0	83,3	3,3	11,3
Alugado	18,6	18,8	17,5	21,7	42,7	5,7	7,1	0,9	22,2
Cedido por empregador	1,4	1,0	0,8	0,8	1,4	23,2	0,2	1,1	2,1
Cedido por particular	2,9	8,5	3,8	6,4	3,5	6,3	1,7	1,8	4,5
Outra condição	0,4	0,9	18,6	0,2	0,3	0,7	0,2	80,0	0,7

Tabela 5

Tipologia dos setores censitários segundo a condição da ocupação por municípios e favela na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991 (EM NÚMERO DE SETORES CENSITÁRIOS)

MUNICÍPIO		COC1	COC2	COC3	COC4	COC5	COC6	COC7	COC8	S/RESP.	TOTAL
Duque de Caxias	Não-favela	144	86	1	219	67	31	3	1		552
	Favela	4	2	1	4			37			48
	Total	148	88	2	223	67	31	40	1		600
Itaboraí	Não-favela	26	43	4	59	3	51		4		190
	Total	26	43	4	59	3	51		4		190
Itaguaí	Não-favela	8	32	5	51	1	39		3		139
	Favela	3						2			5
	Total	11	32	5	51	1	39	2	3		144
Magé	Não-favela	34	50		90	4	84	4		5	271
	Total	34	50		90	4	84	4		5	271

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO		COC1	COC2	COC3	COC4	COC5	COC6	COC7	COC8	S/RESP.	TOTAL
Mangaratiba	Não-favela	3	4		11	4	23	5			50
	Favela				1			1			2
	Total	3	4		12	4	23	6			52
Maricá	Não-favela	5	8		12		41	1			67
	Total	5	8		12		41	1			67
Nilópolis	Não-favela	33	22	1	39	49					144
	Favela	1		1				2			4
	Total	34	22	2	39	49		2			148
Niterói	Não-favela	227	45	1	75	73	11	15		8	455
	Favela	5	1		5			22		2	35
	Total	232	46	1	80	73	11	37		10	490
Nova Iguaçu	Não-favela	310	260	19	366	103	25	14	5		1.102
	Favela	9	4		5			39	4		61
	Total	319	264	19	371	103	25	53	9		1.163

(continua)

(continuação)

MUNICÍPIO		COC1	COC2	COC3	COC4	COC5	COC6	COC7	COC8	S/RESP.	TOTAL
Paracambi	Não-favela	4	7		13	1	11			2	38
	Favela	1									1
	Total	5	7		13	1	11			2	39
Rio de Janeiro	Não-favela	2.167	459	26	777	1.500	152	76	5	67	5.229
	Favela	250	70	2	158	21	1	609	6		1.117
	Total	2.417	529	28	935	1.521	153	685	11	67	6.346
São Gonçalo	Não-favela	218	129	5	248	60	6	8	3	2	679
	Total	218	129	5	248	60	6	8	3	2	679
São João de Meriti	Não-favela	76	56		144	56		3			335
	Favela	3			3			12			18
	Total	79	56		147	56		15			353
Total região metropolitana	Não-favela	3.255	1.201	62	2.104	1.921	474	129	21	84	9.251
	Favela	276	77	4	176	21	1	724	10	2	1.291
	Total	3.531	1.278	66	2.280	1.942	475	853	31	86	10.542

Enfim, o oitavo tipo, COC8, está constituído em 80% por “outra condição da ocupação”. Apenas 31 setores censitários correspondem a esse tipo.

A Tabela 5 cruza a tipologia dos setores censitários segundo a condição da ocupação por municípios e favela. Diferentemente da Tabela 4 (que apresentava a média da distribuição em cada tipo em %), ele apresenta o número de setores censitários em cada tipo.

Começamos examinando a penúltima linha do quadro. A grande maioria dos setores censitários de favela, no conjunto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pertence ao tipo COC7. Não são menos de 724 setores, ou seja, 56% dos setores em favela. Apenas 129 setores do tipo COC7 não são de favela, o que nos leva a considerá-lo como tipicamente característico da favela.

É importante assinalar que 357 setores censitários de favela, ou seja, 28% do total de setores de favela, estão distribuídos entre os três primeiros tipos — COC1, COC2 e COC3 — os quais, como vimos, contam com mais de 50% de proprietários da construção e do terreno e um percentual marginal de proprietários que detém exclusivamente a construção. No tipo COC4 são 176 os setores censitários em favela (14%). Esse tipo, conforme indicado na Tabela 4, apresenta menos de 50% tendo como condição da ocupação a propriedade da construção e do terreno, e 22% de locatários. Nos demais tipos os setores censitários de favela praticamente não se fazem presentes.

A tabela mostra ainda que a proporção de setores em favela pertencentes aos quatro primeiros tipos é sensivelmente mais elevada no município do Rio de Janeiro que nos municípios da periferia, sugerindo uma tendência à “normalização” que já ocorre no município central, onde as favelas são mais antigas. Esse resultado converge para o resultado anterior relativo ao nível de equipamento urbano.

Os dados apresentados na Tabela 4 correspondiam às médias de percentagem por setor. Vimos que, muito embora certos tipos como o COC7 e COC8 sejam caracterizados pela forte dominância de uma só condição da ocupação (como o COC7 com seu altíssimo percentual em “próprio — só construção”), nem por isso tal condição deixa de se fazer presente em outros tipos. É portanto conveniente construir uma outra tabela, baseada desta vez não mais na média de percentagens por tipo, mas em números absolutos (Tabela 6).

A Tabela 6 confirma os resultados precedentes no que se refere à forte concentração em favela (53%) de domicílios cuja propriedade só se aplica à construção (e não ao terreno). Por outro lado, mostra que o número de domicílios em tal condição é maior fora da favela do que na mesma: não sendo portanto a propriedade somente da construção uma especificidade da favela.

Aparentemente paradoxais — já que a definição oficial de favela até hoje pressupõe a ilegalidade e a irregularidade (construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida) — tais resultados chamam certamente a atenção. Podem, por um lado, estar indicando

Tabela 6

Número de domicílios segundo a condição da ocupação na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991

CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO	NÃO-FAVELA	EM FAVELA	TOTAL
Próprio — construção e terreno	1.473.470	86.074	1.559.544
Próprio — só construção	149.678	137.824	287.502
Alugado	613.216	26.181	639.397
Cedido por empregador	47.242	384	47.626
Cedido por particular	132.303	5.789	138.092
Outra condição	16.938	1.797	18.735

o pouco que conhecemos sobre a origem da ocupação de áreas de tipo favela. Leeds (1969) já alertava para o fato de muitas dentre elas em sua origem serem loteamentos ou áreas de ocupação regular, com seus donos “comandando” ou autorizando a “invasão”. Os dados podem, por outro lado, também estar revelando a tendência, já em curso há algum tempo, de regularização da ocupação de tais áreas. Vale lembrar que no Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo onde só nos anos 70 o fenômeno favela vai se desenvolver em larga escala [Taschner (1997)], temos assistido a uma sucessão de experiências no sentido de regularizar a posse da terra nas favelas. Os casos mais conhecidos são: Guararapes, cuja experiência remonta aos anos 70, época da Codesco [Bohadana (1983)]; Programa cada Família um Lote, implementado durante o Governo Brizola; Projeto Rio, na área do complexo de favelas da Maré, já por iniciativa do BNH [Poggiuese (1985); Valladares *et alii* (1986)]; e, enfim, a experiência da Pastoral de Favelas, com a forte atuação do seu departamento jurídico [Carvalho (1991)].

Note-se também que o percentual de domicílios alugados é relativamente baixo nas favelas (10%), enquanto atingem 23% na média geral.

3 - Unidade ou diversidade social?

Renda e educação são os indicadores mais usados no estudo da desigualdade social quando se trabalha com o Questionário 1 do Censo.¹¹ Embora de alcance limitado, tais indicadores permitem uma leitura dos diversos setores censitários segundo seu perfil socioeconômico.

¹¹ No estudo da desigualdade social pode-se também trabalhar com outra variável descritiva: as categorias socioocupacionais. Neste caso, torna-se necessário lançar mão do Questionário 2 do Censo que não tem representatividade em nível de setores censitários. Para uma análise a partir das categorias socioocupacionais, remetemos a Preteceille e Ribeiro (1999) e Ribeiro e Lago (1999).

Tipologia dos setores censitários segundo educação e renda

Na elaboração dessa tipologia selecionamos duas variáveis referentes aos chefes do domicílio, nível educacional e renda. Consideramos seis modalidades de nível educacional e 10 de renda para construir, mais uma vez, uma tipologia dos setores censitários. A Tabela 7 apresenta o perfil médio dos tipos conforme as variáveis utilizadas.

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos setores censitários, fora e em favela, segundo a tipologia educação e renda. Permite que voltemos à questão que mais nos interessa neste artigo, as favelas.

Tabela 7

Tipologia dos setores censitários segundo a educação e a renda: perfil médio dos tipos na região metropolitana do Rio de Janeiro — 1991 (EM %)

TIPOS	RED1	RED2	RED3	RED4	RED5	RED6	RED7	RED8	RED9	TOTAL
Sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo	1,8	2,0	1,6	4,2	9,3	20,9	18,4	21,5	27,4	11,2
1 a 3 anos de estudo	2,8	3,4	3,5	8,2	14,0	21,1	19,5	19,0	22,9	16,3
4 a 7 anos de estudo	7,1	12,6	16,0	29,8	39,0	39,3	38,8	36,7	34,5	38,1
8 a 10 anos de estudo	6,5	10,8	13,8	19,4	19,3	12,8	14,3	13,0	10,1	17,1
11 a 14 anos de estudo	21,9	27,7	34,1	27,4	15,2	4,9	7,7	8,0	4,3	14,5
15 ou mais anos de estudo	60,0	43,5	30,9	11,0	3,2	0,9	1,3	1,8	0,8	2,8
Sem declaração (renda)	2,7	1,1	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Sem rendimento	2,0	2,5	2,3	3,2	4,2	6,0	6,8	7,1	6,6	4,2
Rendimento até 1/2 salário mínimo	0,3	0,9	1,4	4,0	3,8	1,9	7,6	18,8	39,3	7,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1,3	3,2	3,8	9,7	15,5	11,8	29,0	26,9	25,1	20,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4,2	7,4	8,9	18,2	29,4	47,5	28,9	22,6	15,8	26,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3,7	6,8	9,4	15,4	18,3	18,5	13,3	10,9	6,4	15,9
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5,3	11,3	16,6	20,4	16,4	10,0	9,1	7,8	4,0	14,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	14,6	24,8	31,6	20,6	9,7	3,4	4,0	4,2	1,9	8,7
Mais de 10 a 15 salários mínimos	15,6	16,9	13,8	5,1	1,6	0,4	0,6	0,7	0,4	1,4
Mais de 15 a 20 salários mínimos	12,0	9,7	5,9	1,6	0,5	0,1	0,2	0,2	0,1	0,4
Mais de 20 salários mínimos	38,3	15,5	5,5	1,4	0,4	0,1	0,2	0,3	0,1	0,4

Tabela 8

Favelas e tipos sociais de educação e renda

TIPOS DE EDUCAÇÃO E RENDA	NÃO-FAVELA	FAVELA	TOTAL
RED1	375		375
RED2	965	2	967
RED3	604		604
RED4	2.608	6	2.614
RED5	1.891	144	2.035
RED6	322	290	612
RED7	1.627	599	2.226
RED8	642	159	801
RED9	133	89	222
Não responderam	84	2	86
Total	9.251	1.291	10.542

O que podemos concluir da leitura dessas duas tabelas? Na Tabela 8, construída a partir do número de setores, as favelas estão presentes sobretudo no tipo RED7 que agrupa, aproximadamente, a metade dos setores de favela (599). Elas, no entanto, também se fazem presentes nos tipos RED6 — onde encontramos 1/4 dos setores em favela — e RED5 e RED8 que, juntos, correspondem a outro quarto dos setores. Verificamos, por outro lado, como mostra a Tabela 7, que o tipo RED7 integra o grupo dos tipos mais pobres que a média (72,3% dos chefes têm renda mensal inferior a dois salários mínimos, enquanto perfazem 58,9% no total dos chefes). No tipo RED7 o nível educacional também se apresenta mais baixo que a média. O tipo RED8, segundo a mesma tabela, é ainda mais pobre, com mais de 1/4 dos chefes ganhando abaixo de 1/2 salário mínimo. O tipo RED6 é um pouco menos pobre que o tipo RED7 (2/3 dos chefes ganham menos de dois salários mínimos) e o nível educacional é ligeiramente superior. Enfim, o tipo RED5, que como já vimos correspondia a 12% dos setores de favela, encontra-se um pouco acima da média, tanto em relação à renda quanto à educação.

Há, assim, evidências de uma certa diversidade quanto ao nível social das favelas. Não se trata de uma diversidade espetacular e sua presença nos tipos superiores é quase nula (dois setores no Tipo 2, o que pode ser um erro estatístico, a ser verificado). No entanto, um percentual nada negligenciável encontra-se acima da média, superior, aliás, àquele encontrado no tipo mais pobre dentre todos, o RED9. Outro aspecto a ser sublinhado é que, contrariamente à imagem generalizada, as favelas *não* se encontram maciçamente reagrupadas no tipo

mais pobre, nem entre os dois tipos mais pauperizados. A assimilação dos espaços pobres às favelas tampouco fica comprovada, pois em nenhum dos quatro tipos mais pobres do que a média a maioria dos setores se encontra em favelas (conforme a Tabela 8, as percentagens dos setores em favela em cada tipo são as seguintes: RED6, 47%; RED7, 27%; RED8, 20%; RED9, 40%). Concluindo, mais da metade dos setores mais pobres do que a média se encontra fora das favelas.

Se em nenhum dos tipos RED as favelas são predominantes, isso sugere sua similitude (do ponto de vista das variáveis descritivas analisadas) com outros tipos de espaços populares mais populosos. As variáveis renda e educação não deixam transparecer a especificidade das favelas, contrariamente às outras variáveis analisadas no nível do setor censitário.

4 - À guisa de conclusão

A grande maioria das pesquisas realizadas até hoje sobre a favela carioca insiste em considerá-la como o espaço típico de concentração da pobreza (muito embora sejam reconhecidas diferenças quanto ao tamanho, idade, localização no tecido urbano e condição jurídica da ocupação). Somente um número ínfimo de estudos se volta para a análise da sua estrutura social, destacando a presença de diversos estratos sociais.¹²

Nossa intenção, ao realizar este trabalho, foi testar estatisticamente as diferenças presentes ou não no universo das favelas, quando comparadas ao restante do conjunto social. Os resultados a que chegamos podem ser assim resumidos:

1) Quanto à suposta unidade dos espaços favelados (sua adequação hipotética a um “tipo ideal” da favela), ela não foi constatada. Ao contrário, nosso trabalho sugere que toda análise sociológica profunda sobre a favela deve levar em conta a diversidade de situações (devemos falar em favela no plural e não no singular):

a) Do ponto de vista da qualidade do equipamento urbano, se a maioria dos setores censitários em favela tem um equipamento insatisfatório, sobretudo no caso do saneamento, seguido da coleta de lixo, encontramos, no entanto, 30% que são bem equipados e nesse particular não se distinguem dos bairros “normalmente” urbanizados.

b) No que se refere à condição da ocupação, a maioria dos setores em favela se caracteriza pela forte predominância da propriedade apenas da construção.

12 Vale ressaltar aqui o estudo pioneiro de Machado da Silva (1967) que chamou a atenção nos anos 60 para a diversidade social presente na favela carioca. Naquela época a presença de uma “burguesia favelada”, que então controlava os recursos como água e luz na favela, além dos cargos nas associações de moradores, já se fazia sentir. Também vale mencionar o livro de Pino (1997), que examina o mercado de trabalho e as ocupações nas favelas da Praia do Pinto (hoje extinta), Brás de Pina e Jacarezinho nos anos de 1940 a 1960. Os estudos recentes que tratam da composição social dos moradores tendem a reduzi-los a dois grupos: trabalhadores e bandidos ou traficantes.

No entanto, perto de 30% dos setores em favela estão em espaços caracterizados pela predominância da propriedade tanto da construção quanto do terreno. Novamente aqui temos um perfil idêntico ao de uma “urbanização regular”.

c) No caso do perfil socioeconômico, a grande maioria dos setores em favela está abaixo da média quanto à renda e à educação; mas tais setores se distribuem nas quatro modalidades diferentes da tipologia encontrada abaixo da média, sendo proporcionalmente menos numerosos nas duas modalidades mais baixas. É interessante notar que 12% dos setores em favela estão ligeiramente acima da média.

d) Nessa diversidade irreduzível da situação das favelas ficou claro que o município do Rio de Janeiro é o lugar onde mais se constata a proximidade da caracterização urbana e social dos setores em favela com os demais setores do município. Posteriormente, a pesquisa irá verificar se esse contraste entre o município central e os demais municípios da região metropolitana procede devido à maior antiguidade das favelas no Rio de Janeiro ou devido às características da situação dessas favelas na estrutura urbana; ou, ainda, devido aos efeitos diferenciados das políticas urbanas.

2) Quanto à comparação entre as favelas e o restante da urbanização, pudemos constatar uma série de resultados bastante interessantes:

a) Se o baixo grau de equipamento da maioria dos setores de favela corresponde a um perfil típico (URB4), 1/3 dos setores desse mesmo tipo está fora das favelas. E o número total de setores fora das favelas que têm um nível de equipamento tão ou mais baixo que as favelas corresponde ao dobro do número total de setores favelados.

b) A condição da ocupação não é, tampouco, muito discriminante (como seria de se esperar). Se considerarmos a condição mais típica das favelas — propriedade somente da construção — constatamos haver mais domicílios nessa condição fora das favelas do que nas mesmas. O traço mais específico dos setores de favela a esse respeito é a baixa percentagem de locatários (10% contra 23% no conjunto).

c) As características de renda e de educação não distinguem as favelas dos demais bairros populares, muito embora as situações de maior pobreza se encontrem majoritariamente fora da favela. Comparando as favelas com o restante (como costuma fazer a maioria das pesquisas), essas são mais populares que a média do conjunto da região metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, se se comparam as favelas aos outros bairros populares, elas não aparecem como espaço específico.

Há, portanto, que ter cautela diante da associação que vem sendo feita, cada vez mais freqüentemente, entre favela e exclusão social. Os dados e as tipologias que construímos mostram que não podemos, de modo algum, assimilar favela a espaço de exclusão social, uma vez que estas não se distinguem assim tão fortemente, e que as situações de pobreza urbana extrema são mais freqüentes fora

das favelas. Essas, aliás, não são áreas tão distintas das demais áreas da cidade quanto se pensa (sobretudo se comparadas com outros espaços pobres, como os loteamentos da periferia metropolitana). E os pobres que residem nas favelas não são todos iguais, revelando a presença de desigualdades dentro da pobreza. Num momento em que as políticas sociais se tornam cada vez mais focalizadas, tais resultados nos parecem importantes de ser assinalados: políticas exclusivas para as favelas, quando o universo da pobreza é muito mais heterogêneo do que se supõe?

Foi o estudo do conjunto do espaço social, e não de uma parte dele, que nos permitiu ver o real lugar das favelas no espaço metropolitano. Vale ressaltar mais uma vez que o método aqui utilizado foi o de mostrar a diversidade entre setores censitários de favela e não-favela na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nossa intenção, em trabalho subsequente, é continuar trabalhando com setores censitários, restringindo-nos num segundo momento somente àqueles de favela, para verificar o grau da diversidade ou não entre as favelas identificadas pelo IBGE e o grau da diversidade ou não encontrado no interior de cada favela.

Finalmente, vale lembrar que a definição do IBGE para favela deve ser revista e alterada. Mas mesmo assim permitiu percebermos importantes diferenças e semelhanças entre as áreas que são ou não são de favela.

Bibliografia

- ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.
- BOHADANA, E. (org.). *A cidade é nossa*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.
- BRASILEIRO, A. M. et alii. Extending municipal services by building on local initiatives: a project in the favelas of Rio de Janeiro. *Assignment Children*, n. 57/58, p. 67-100, Unicef, 1982.
- BRITTO, A. L. N. de P. *Les modes de gestion des services d'eau et d'assainissement à Rio de Janeiro (1975-1986): logique technico-sectorielle nationale vs logiques politiques locales*. Nouveau Régime, Université de Paris XII — Val de Marne, Institut d'Urbanisme de Paris, 1995, 518 p. (Tese de Doutorado).
- BRONSTEIN, O. *De cima para baixo ou de baixo para cima? Considerações em torno da oferta de um serviço público nas favelas do Rio de Janeiro*. VI Encontro Anual da Anpocs, Friburgo, 1982, 38 p.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao favela-bairro — as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A., ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CARVALHO, E. *O negócio da terra: a questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991, 119 p.

- CAVALLIERI, P. F. *Favelas cariocas: mudanças na infra-estrutura*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 4 Estudos, 1986.
- CHAMPION, J. B., MARPSAT, M. La diversité des quartiers populaires: un défi pour la politique de la ville. *Economie et Statistique*, Paris, p. 294-295, 1996.
- COMLURB. *Coleta e limpeza nas favelas Jacarezinho, Rocinha e Maré*. Rio de Janeiro: Comlurb, 1980, 20 p.
- CONN, S. The "squatters" rights of favelados. *Ciências Econômicas e Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 50-142, dez. 1968.
- FEEMA – FINEP. Relatório de atividades do projeto de ecodesenvolvimento. *Cadernos Feema*, Rio de Janeiro, 6 volumes, 1980 (Série Relatórios Técnicos, 3/80).
- GUIMARÃES, A. P. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953.
- IPLAN-RIO. *Favelas cariocas: alguns dados estatísticos*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 1993.
- . *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997, 68 p.
- LEEDS, A. The significant variables determining the character of squatter settlements. *América Latina*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 44-86, jul./set. 1969.
- LEEDS, A., LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 327 p.
- MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 35-47, maio/jun. 1967.
- MEDINA, C. A. de, VALLADARES, L. *Favela e religião: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Ceris, 1968.
- OLIVEIRA, J. S. de et alii. *Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro — evolução, sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969, 231 p. (Caderno do Cenpha, 5).
- PINO, J. C. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997, 199 p.
- POGGIESE, H. A. Urbanização e propriedade da terra nas favelas do Projeto Rio. *Revista Brasileira de Planejamento*, Porto Alegre, v. 8, n. 15/16, p. 53-76, 1985.
- PRETECEILLE, E., RIBEIRO, L. C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, p. 143-162, Anpocs, jun. 1999.
- RIBEIRO, L. C. de Q., LAGO, L. C. Espaço social e hierarquia na metrópole: o caso do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, A. C. T., PIQUET, R. (orgs.). *Brasil: território das desigualdades II*. 1999 (no prelo).

- SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, suplementos especiais, 1960.
- SANTOS, B. de S. The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada. *Law and Society Review*, v. 12, n. 1, p. 5-126, Oct. 1977.
- SANTOS, C. N. F. dos. Volviendo a pensar en “favelas” a causa de las periferias. *Nueva Sociedad*, San José, n. 30, p. 22-38, maio/jun. 1977.
- SOUZA, C. S. M. de. *Integração da favela ao sistema de limpeza urbana do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ibam/Feema, 1983, 185 p.
- TABARD, N. Des quartiers pauvres aux banlieux aisées: une représentation sociale du territoire. *Economie et Statistique*, Paris, v. 270, p. 5-22, 1993.
- TASCHNER, S. P. *Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas*. Mar./abr. 1997, 82 p. (Cadernos de Pesquisa do LAP, 18).
- VALLADARES, L. Una favela por dentro. *Mundo Nuevo*, Buenos Aires, n. 29, p. 19-27, nov. 1968.
- . Associações voluntárias na favela. *Ciência e Cultura*, v. 29, n. 12, p. 1.390-1.403, dez. 1977.
- . *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 142 p.
- . Cem anos pensando a pobreza urbana no Brasil. In: BOSCHI (org.). *Corporativismo e desigualdade — a construção do espaço público no Brasil*. Iuperj: Rio Fundo Editora, p. 81-112, 1991a.
- . Family and child work in the favela. In: DATTA, S. (org.). *Third world urbanization: reappraisals and new perspectives*. Stockholm: HSFR, 1991b.
- . Revisitando a favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Anais do XXI Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 1998, 35 p.
- VALLADARES, L., KAYAT, R. *Invasões de terras no Rio de Janeiro de 1983: uma cronologia*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1983, 43 p. (Série Estudos).
- VALLADARES, L. et alii. *Alternative housing policies in Brazil: self-help experiments in Rio de Janeiro*. Relatório final. Rio de Janeiro: Projeto IDRC/Iuperj, 1986, 309 p.
- VALLADARES, L., MEDEIROS, L. *O que já se sabe sobre a favela carioca: uma bibliografia comentada*. Rio de Janeiro: Urbandata/Iuperj/Ucam e Secretaria Municipal de Cultura (no prelo).
- VALLADARES, L., RIBEIRO, R. The return of the favela: recent changes in intrametropolitan Rio. *Urbana*, Caracas, n. 14/15, p. 59-73, 1994.